

## Cidade Subversiva: o Rio de Janeiro em planos e fugas

### *Subversive City: Rio de Janeiro between planning and escapes*

LAÍS RAMALHO<sup>1</sup>

**Resumo:** Em um mundo que, pouco a pouco, é dominado pela urbanização, observar a realidade cidadina significa analisar de perto a vida da maior parte dos habitantes do planeta. Nas Relações Internacionais, este movimento é compatível com o que Matt Davies chama de “encontrar o internacional no everyday” (2016, p.2), isto é, entender como as rotinas que consideramos tão simplesmente cotidianas estão impregnadas por fenômenos globais. Sendo a desigualdade um dos fenômenos mais marcantes da vida urbana no Sul Global, este artigo busca investigar como diferentes classes socioeconômicas interagem com a cidade. Como fonte de trabalho, moradia ou lazer, o tecido plástico da cidade parece sempre se moldar para garantir mais uma possibilidade àqueles que estão dispostos a explorá-lo de forma subversiva em práticas que desafiam binários (que se pretendem) estáticos como público-privado e formal-informal.

**Palavras-chave:** Cidades; Planejamento Urbano; Desigualdade.

**Abstract:** In a world day by day dominated by urbanization, observing urban reality means to take a closer look at the lives of most people in this planet. In the International Relations, this is a movement Matt Davies likes to call “finding the international in the everyday” (2016, p.2). In other words, it is a way to understand how the routines we consider so simply quotidian are actually permeated by global phenomena. Considering inequality one of the most remarkable phenomena of urban life in the global South, this article seeks to investigate how different socioeconomic strata interact with the city. As a source of work, dwelling or leisure, the plastic fabric of the city seems to shape itself in order to guarantee one more possibility to those that are willing to explore it in a subversive way through practices that challenge binaries such as public-private and formal-informal.

**Keywords:** Cities; Urban planning; Inequality.

Recebido em:  
21 de Janeiro de 2019

Received on:  
January 21, 2019

Aceito em:  
19 de Fevereiro de 2019

Accepted on:  
February 19, 2019

DOI: 10.12957/rmi.2018.39578

<sup>1</sup> Doutoranda no Instituto de Relações Internacionais (IRI) da PUC-Rio. **Endereço para correspondência:** R. Marquês de São Vicente, 225, Vila dos Direitórios, Casa 20, Gávea, CEP: 22451-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. **Email:** [l.ramalho.ufrj@gmail.com](mailto:l.ramalho.ufrj@gmail.com)

Debaixo da passarela, repousa o alimento do dia, frutas madurando dentro de uma bacia plástica. A seu lado, um emaranhado de panos e espumas a que alguém chama de cama. A morada se constitui de diferentes estruturas. O teto é a passarela. A parede de trás é o muro que separa a calçada da linha férrea. Os tapumes mantêm a privacidade do habitante frente aos olhos curiosos dos pedestres. Um cachorro na coleira preso à frente da casa confere a ideia definitiva de lar.

Os usos que a população faz da cidade nem sempre são aqueles imaginados pelos seus planejadores. A casa debaixo da passarela é só um exemplo de como é possível borrar as noções que almejamos serem bem definidas de público e privado. O que uma habitação forjada em estruturas públicas nos diz sobre nossa relação com a cidade?

Entre muitas respostas, acredito que a mais instigante (e a que mais será discutida aqui) seja o fato de que àqueles a quem os recursos são mais escassos, cabe a tarefa de reinventar a cidade cada vez mais. Dentre políticas que expulsam, excluem e estratificam, resta aos cidadãos mais pobres abrir espaço nesse terreno que lhes tenta ser cada vez mais inóspito. Como fonte de trabalho, moradia ou lazer, o tecido

plástico da cidade parece sempre se moldar para garantir mais uma possibilidade, mais uma alternativa.

O que chamo aqui de cidade subversiva é aquela que avança um passo além da imaginação dos urbanistas. Sua constante remodelação informal é fruto daqueles que sentem que subverter é indispensável para sobreviver. Emprego o termo “subversiva” ciente de sua carga pejorativa, mas de forma alguma acatando-a. No latim, subvertere significa virar de cabeça para baixo, uma intenção que frequentemente perturba atores e instituições preocupados em manter a ordem. Subversivo, portanto, é um adjetivo que só pode ser entendido como problemático por aqueles que estão indispostos à mudança ou à transformação. A cidade, ao contrário, vive a subversão todo e cada dia.

Observar a cidade com o propósito de investigar as Relações Internacionais pode e deve ser entendido, primordialmente, como uma prática de desestabilização da corrente mais tradicional dessa disciplina. Há décadas, os estudos feministas, novo-materialistas e do cotidiano vêm demonstrando que as Relações Internacionais não se limitam ao estudo das high politics, mas também ao sujeito

e às relações de poder. Aliado a esse entendimento, é importante ressaltar que a cidade e o mundo não podem de forma alguma ser tratados como escalas desconectadas. De acordo com Enloe, práticas e comportamentos que ocorrem no cotidiano “estão causalmente conectados às formas de poder criadas, exercidas e legitimadas nas esferas nacional e internacional”. Enloe diz que o poder “está profundamente em ação onde ele é menos aparente” (2011, p.447). Sua principal intenção parece ser alertar para o fato de que mesmo em recorrências banais e comportamentos naturalizados residem formas de controle e normalização.

Embora estejamos observando o Rio de Janeiro, é possível compreender que esse fenômeno não é exclusivo da realidade carioca. Relevadas as devidas especificidades, ele evidencia pelo menos um dos fatores que constituem a experiência diária de outros milhões de indivíduos que habitam as grandes cidades do Sul Global: a desigualdade. Em um mundo que, pouco a pouco, é dominado pela urbanização, estudar a vida urbana significa analisar de perto a realidade da maior parte dos habitantes do planeta. Nas Relações Internacionais, este movimento é o que Davies chama de “encontrar o internacional no everyday” (2016, p.2), isto é, entender como as rotinas que consideramos tão

simplesmente cotidianas estão impregnadas por fenômenos globais

### *A cidade planejada*

A história do planejamento urbano começa com uma discussão sobre a governabilidade em um cenário desastroso. No século XIX, impulsionadas pelos eventos da Revolução Industrial, as cidades como as entendemos hoje cresciam no continente europeu, mas fracassavam na oferta de serviços sanitários, conservação pública e melhoria das condições de moradia da classe trabalhadora. Esse processo de “deterioração urbana” atingiu severamente “os novos pobres industrializados e urbanos” (Hobsbawm 2009, p.206).

Essa “catástrofe social”, foi coroada com o ressurgimento de grandes epidemias, como as da cólera e do tifo, que se espalharam pelos cortiços e dizimaram as pessoas pobres. Quando as doenças passaram a ameaçar os cidadãos ricos e o desespero das classes desfavorecidas era tamanho que tomava ares de “revolução social”<sup>2</sup>, fez-se necessário tomar as rédeas da situação e reformar o espaço urbano.

---

<sup>2</sup> Eric Hobsbawm associa a situação cataclísmica ao “aparecimento dos movimentos trabalhista e socialista” como fruto da “intranquilidade revolucionária das massas” (2009, p.206).

A crise pareceu impulsionar e favorecer a evolução do ofício da administração dos assuntos de estado. A fim de garantir a realização das “clássicas funções estatais” – como a cobrança de impostos, o alistamento e a prevenção de rebeliões – o estado precisou curar-se da cegueira dos tempos pré-modernos, quando sabia muito pouco ou nada sobre seus súditos (Scott 1998, p.2).

Assim, o estado passa da função de máquina de extração à de máquina de controle, o que lhe permitiu exercer um poder coercitivo na realização de uma “engenharia social” (Scott 1998, p.88). É nesse espírito que Foucault considera a “tomada de poder sobre o homem” ou a “estatização do biológico” um dos fenômenos fundamentais do século XIX (2005, p.286).

Os avanços tecnológicos que ilustraram esse período, contribuíram para a criação de uma espécie de arrebatamento na possibilidade de “transformação forjada pela ciência e a indústria” (Scott 1998, p.90). Neste espírito, estabeleceram-se a crença e a autoconfiança suprema no “progresso linear contínuo, no desenvolvimento do conhecimento científico e técnico, na expansão da produção, no desenho racional da ordem social, na crescente satisfação das necessidades humanas” e também “no controle sobre a natureza” (incluindo a

natureza humana) (Ibid., p.89). Esse conjunto de crenças e sensações é chamado de Alto Modernismo.

A característica primordial do Alto Modernismo foi um brusco rompimento com a história e a tradição, um traço demonstrado autoritariamente, através da interferência direta nas práticas cotidianas populares.

Não menos impositiva foi sua manifestação na forma do planejamento urbano. Talvez o projeto mais icônico dessa era tenha sido a reforma urbana de Paris, realizada por Georges-Eugène Haussmann, prefeito do Sena entre 1853 e 1869 para quem as antigas ruas e quarteirões parisienses eram “ultrapassados, insalubres e favoráveis ao vício” (Kostof 1995, p.676).

A nova Paris compunha um projeto de fins políticos e sanitários (Scott, 1998, p.61). O centro foi rasgado substituindo “os populosos quarteirões populares e o emaranhado de ruas estreitas e tortuosas”, espaço recorrente de barricadas e insurgências e epidemias, por extensas praças e bulevares (Benchimol, 1992, p.192).

A Paris atualizada foi a inspiração máxima para a remodelação do Rio de Janeiro que, em formas e normas, se excitou com as possibilidades do civilizar-se. “O Rio civiliza-se!”, dizia-

se nas ruas àquela época (O'Donnel 2008, p.44). Difundia-se a ideia de que a transformação do espaço era um prenúncio da transformação dos modos de vida.

No início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro (então capital brasileira), sob o mandato do prefeito Francisco Pereira Passos, se transformava. Coube a ele conduzir a cidade a essa entrada na modernidade, quando modernizar-se significava parecer um tanto mais europeu.

Modificando o material e o subjetivo da cidade, com picaretas, seringas e a imposição da lei, o prefeito fez em solo carioca o que João do Rio chamou de uma verdadeira “cirurgia urbana”. Essa intensa reforma, no entanto, se deveu mais ao desejo de alcançar “um ideal abstrato de civilização” do que “à materialização de uma demanda social” (O'Donnell 2008, p.49).

O projeto surgiu como imitação e elogio às reformas modernistas do espaço urbano ocorridas na Europa em meados do século XIX. Enquanto projeto de engenharia social, o planejamento urbano modernista esteve intimamente conectado a uma forma determinada do homem europeu de pensar e observar o espaço à sua volta.

O cortiço, que se tornou um dos principais alvos do prefeito, amalgamava os cotidianos da pobreza urbana carioca, representando um “antro não apenas da vagabundagem e do crime, mas também das epidemias, constituindo uma ameaça às ordens moral e social” (Valladares 2000, p.7).

O embelezamento era preocupação de primeira ordem àquela época em que o “crime maior era ‘enfear’ a paisagem da capital que procurava transformar-se na ‘cidade maravilhosa’” (O'Donnell 2008, p.50). O ímpeto do embelezamento, é claro, foi traduzido em uma série de determinações que impelia a população trabalhadora que residia no centro para longe daquela área, priorizando “os interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada” (Benchimol 1992, p.228).

A Avenida Central foi possibilitada pela demolição de aproximadamente 1600 construções residenciais, a maioria delas de habitação coletiva (O'Donnell 2008, p.45), pondo em andamento um processo de segregação social comandado pelo estado (Benchimol 1992, p.228). A obra teve um elevado custo social e político uma vez que “desabrigou milhares de pessoas e desorganizou, drasticamente, seu quadro cotidiano de existência” (Ibid., p.229).

Passando por um estado de escassez de habitação para as classes mais pobres, a cidade viu o quadro se tornar mais precário com a realização das reformas. Algumas das consequências foram o aumento do preço dos aluguéis e a superlotação das residências (Benchimol 1992, p.230). No festival de desapropriações, saíam prejudicados os não-proprietários, inquilinos “que habitavam casas de cômodo, cortiços e estalagens”, que perderam sua moradia sem nenhum tipo de indenização ou contrapartida (Ibid., p.249).

A reforma Pereira Passos foi um projeto de transformação de formas e normas. Muito além das obras de infraestrutura, ela significou uma grande “reformulação identitária” (O’Donnell 2008, p.45). Fruto de “um Brasil que olhava para si através do espectro além-mar”, a transformação do Rio de Janeiro teve ares de missão civilizatória. Quase como um empreendimento de auto-colonização, ou seja, de europeizar os brasileiros cujas práticas cotidianas eram consideradas anti-higiênicas, bárbaras e incultas, Pereira Passos cerceou uma série de costumes<sup>3</sup>. Atacando alguns dos hábitos que dominavam as ruas da capital, o prefeito vislumbrava renovar a

cidade em dimensões que iam além da espacial. Naquele momento, as “normas legais” deixavam clara “a sociedade que se queria formar” (Ibid., 2008, p.50).

Em 1904, somou-se a essa guerra de comportamentos modernos e arcaicos a Lei da Vacina Obrigatória, consequência do elevado número de internações por casos de varíola. Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), os extratos mais pobres da sociedade rejeitavam a vacina por motivo de desconfiança em relação ao governo e também pelo boato de que quem se vacinava ficava com feições bovinas. A obrigatoriedade da vacina, inflacionada por uma série de outras questões levou o povo às ruas para protestar, no que ficou conhecido como a Revolta da Vacina<sup>4</sup>.

A reforma de Pereira Passos funcionou como maquiagem da pobreza que dominava a área central da cidade do Rio de Janeiro. Tentando “transformar a capital da República numa cidade moderna e higiênica” (Benchimol 1992, p.235), o projeto ignorou uma série de questões socioeconômicas e acabou empurrando-os para as periferias, um fator decisivo no processo de favelização dos setores mais pobres da população (O’Donnell 2008, p.57). O cortiço, extirpado, foi entendido como “a

---

<sup>3</sup> Ficaram proibidas a venda de vísceras expostas em tabuleiros, a ordenha de vacas leiteiras em via pública e a prática dos vendedores ambulantes de bilhetes de loteria. (Benchimol 1992, p.277).

---

<sup>4</sup> Veja mais sobre a Revolta da Vacina no site da FIOCRUZ: <https://portal.fiocruz.br/pt-br/node/480>.

semente da favela” (Valladares 2000, p.7) – uma herança que não só perdura, mas é parte constitutiva e essencial do Rio de Janeiro hoje.

O projeto de Pereira Passos ilustra como o próprio planejamento urbano pode não apenas ser insuficiente, mas provocador do agravamento de problemas estruturais como a pobreza, a falta de habitação e o desemprego. Em uma busca cega pela modernidade, a remodelação da cidade aumentou a distância entre as classes, favoreceu aqueles que tinham condições de acessar o nobre, renovado e civilizado centro em detrimento da marginalização dos desfavorecidos em um jogo que distribuía modernidade aos modernos, decadência aos decadentes.

A quem sobra muito pouco ou quase nada, a vivência exige criar uma relação singular com a cidade.

### ***Rio de Janeiro: uma cidade maravilhosamente subversiva***

Pouco mais de um século depois das obras de Pereira Passos, em 2009, a escolha do Rio de Janeiro como a sede da 31ª edição dos Jogos Olímpicos pareceu o motivo perfeito para a execução de uma nova remodelação urbanística carioca, uma que finalmente conduziria o Rio de Janeiro ao século XXI.

A palavra legado se tornou uma das mais repetidas nos jornais e na TV carioca. Ela era, é claro, uma forma de convencer a sociedade de que o projeto de Cidade Olímpica significaria mais do que um arranjo para um evento esportivo. O propósito do megaevento carioca, assim como havia sido idealizado em outras cidades do mundo, era o de, através da atração de investimentos, impulsionar um “processo de urbanização e produção do espaço urbano” (Molina 2014, p.65). A Olimpíada significaria um ponto de partida para uma mudança mais perene da realidade local.

Não obstante, com o projeto de Cidade Olímpica, surge um discurso enérgico sobre a necessidade de intervir. Diz-se que as remoções são provocadas pela necessidade de preparar a cidade para os jogos. Mas também é possível pensar que os jogos são, na verdade, trazidos com o propósito de remover “vizinhanças indesejáveis através de deslocamentos forçados das comunidades pobres” (Oliveira 2012, p.180).

No Rio de Janeiro, uma dessas comunidades se tornou símbolo de resistência. Localizada ao lado do que viria a se tornar o Parque Olímpico, a Vila Autódromo vivenciou um misto de promessas, propostas, assédios e

ameaças feitas pela prefeitura em troca do espaço.

A comunidade, que surgiu com “uma ocupação de pescadores”, existia havia mais de trinta anos e era constituída por moradores que já possuíam “o direito legal de uso da terra” e ainda assim enfrentaram o pesadelo da remoção (Rolnik 2015, p.285). Imbuído de autoridade modernista, o então prefeito Eduardo Paes apresentou aos moradores o projeto do Parque Olímpico anunciando que em breve a comunidade teria que deixar a área.

Ao problema que era a existência da Vila, Paes apresentou também o que ele considerava a solução: a mudança dos moradores da Vila Autódromo para o Parque Carioca, que o prefeito deliberadamente floreado como uma oportunidade vantajosa, usando o abandono da Vila por parte da própria prefeitura como motivo para a mudança.

Como uma manifestação da cidade subversiva, a Vila Autódromo se apresentou como palco de uma luta pela permanência. O Plano Popular da Vila Autódromo (2012), realizada pela Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Federal Fluminense pretendeu demonstrar que “o planejamento popular é possível” e

defendeu “o direito de continuar existindo”, valorizando o saber da comunidade e, a partir dele, propondo uma urbanização que atendesse aos interesses locais como alternativa ao desmonte da Vila.

O caso da Vila Autódromo ilustra a indiscutível reprodução da racionalidade modernista no planejamento urbano, que não contempla as sensibilidades que compõem o vínculo do indivíduo e dos grupos com os lugares. Ficam nítidos os descompassos entre as visões que o estado e os moradores nutrem sobre aquele território. Aos olhos do primeiro, é mercadoria, possibilidade de investimento, além de ser materialidade de uma condição a ser extirpada: a pobreza. Aos olhos do segundo é a casa, a vida, o receptáculo das memórias familiares. O choque entre as duas visões transforma aquele espaço em ainda mais: símbolo de resistência e grito pelo direito de existir.

Enquanto o caso da Vila Autódromo apresenta a subversão ao planejamento urbano através da reafirmação do direito ao privado, os moradores de rua subvertem a ordem criada pelo estado traduzindo as estruturas públicas em acomodações de sua vivência.

É comum, na cidade do Rio de Janeiro, se deparar com calçadas, praças, marquises e viadutos transfigurados em

casas. Bancos viram camas, grades viram varais de roupa, fontes d'água se transformam em chuveiros. E o trabalho reprodutivo desses indivíduos é executado com o suporte do patrimônio público da cidade.

As intempéries e a escassez não são as únicas dificuldades da vida na rua. Os medos e preconceitos enraizados na sociedade se traduzem frequentemente em esforços de dissuasão e expulsão dessas pessoas de determinados espaços. “Esta população, além da própria estigmatização social, também é alvo de intolerâncias que dificultam o convívio sócio-espacial com outros segmentos” (Robaina 2015, p.50). Vem se tornando cada vez mais comum o que costuma ser chamada de “arquitetura anti-mendigo”. Pedras, grades e outras estruturas materiais ganham espaço no meio urbano por intervenções públicas ou privadas com o objetivo de impedir a ocupação dos moradores de rua. Os prédios na Zona Sul do Rio de Janeiro têm instalado dispositivos cada vez mais diversificados, como chuveiros e até mesmo holofotes, para afastar a população de rua.

Embora normalmente interpretada como ambiente de escassez, a rua é “fonte dos recursos necessários do cotidiano: comida, abrigo, socialização, diversão, trabalho, etc.” (Carneiro 2016, p.92).

Morar na rua, portanto, se constitui como um paradoxo subversivo, uma apropriação de um modo de vida em um ambiente considerado impossível, um embate frente ao moralismo que impregna as noções tradicionais de público e privado (Neves 2010, p.112).

Aos que de fora observam, “a rua é o espaço do indivíduo anônimo e desgarrado, maltratado, cuja humanidade é reencontrada se for capaz de reconstruir o espaço caseiro e familiar”. Ao contrário disso, para aqueles que encontram na rua “um espaço para se instalar e objetivar atividades definidas como próprias à vida privada”, a rua é lugar de “abundância a ser vasculhada, de acolhimento a ser conquistado e de alternativas para os que não se desalentam diante da condenação à morte” (Neves 1999, p.1119).

Shapiro (2010) define dois tipos de relação corpo-cidade: uma na qual os corpos se conformam “ao adestramento, às rotas e posturas oficialmente prescritas” e outra, a daqueles que “escapam dos modos de subjetividade urbana autoritariamente prescritos”. A cidade subversiva tem a ver com aqueles que adotam a segunda via.

## *Subvertendo matérias, subvertendo fenômenos*

Embora a ideia de que as formas urbanas afetam fenômenos sociais seja cada vez mais forte do Novo Urbanismo, ela não é nova. Ela foi abordada pelo cronista Lima Barreto durante a urbanização do Rio de Janeiro. Barreto discutiu o poder disciplinador da reforma uma vez que a modernização da cidade se dava também como espetáculo que tornava espaços, ainda que públicos, inacessíveis aos mais pobres. Em uma de suas crônicas, Barreto critica a mudança de sede da Biblioteca Nacional, cuja luxuosidade do novo prédio “afastava as classes mais populares que tinham algum grau de instrução” (Moura, Costa & Prestes 2012, p.64).

Sem dúvidas, os materiais de um meio denunciam os verdadeiros donos daquele habitat. A desigualdade social e econômica pode ser diariamente encarada nas estruturas da cidade carioca. A manutenção do transporte público, a ausência de saneamento básico, a conservação das calçadas ou os buracos de tiros nas paredes.

Os efeitos da experiência humana no material são claros. Um movimento mais recente no campo das Relações Internacionais vem se preocupando, no entanto, em estudar esta relação no sentido contrário a partir do

entendimento de que, afinal, “a matéria importa” (Lundborg & Vaughan-Williams 2015, p.4). O Novo Materialismo surge como reconhecimento da tradicional ausência de consideração da materialidade e das “forças não-humanas” na teoria política, uma desestabilização do método de análise frequentemente antropocêntrico (2015, p.12).

Na leitura novo-materialista, objetos e materiais também são políticos ao passo que “constituem os mundos comuns que compartilhamos e o denso tecido de relações com os outros no qual e através do qual nós vivemos” (Lundborg & Vaughan-Williams 2015, p.12). Um caso ilustrativo é a destruição deliberada de construções em tempos de guerra. Este tipo de violência, que usa a materialidade urbana como “alvo definitivo”, faz do ataque às construções como “um fim em si mesmo” uma tática de guerra (Ibid., p.14). Esse fenômeno, conhecido como “urbicídio”, ou seja, a destruição de edifícios com o propósito de minar as “possibilidades políticas” de determinada sociedade (Coward, 2009, p.48), faz lembrar o caso da Vila Autódromo. Quando a prefeitura destruiu a Associação de Moradores, a comunidade decidiu pintar “ASSOCIAÇÃO DE MORADORES” nos muros das casas. Uma estratégia para demonstrar que o coletivo

continuará existindo em todo e qualquer lugar.

A noção de “milieu”, ou “meio”, como tratada por Foucault, oferece bases interessantes para esta discussão. O meio, de acordo com o autor, é não somente o cenário para fenômenos, eventos e relações. O meio é também aquilo que explica a “ação à distância de um corpo sobre o outro” (2008, p.27). Foucault ressalta a conexão e agência da materialidade sobre os corpos quando entende que intervir no meio é uma tática para intervir na população, a qual ele entende como “uma multiplicidade de indivíduos que são e que só existem profunda, essencial, biologicamente ligados à materialidade dentro da qual existem” (Ibid., p. 28).

Quando consideramos que a materialidade também cumpre o papel de constituir “quem pensamos que somos, onde pensamos que estamos e como pensamos sobre nossa existência no mundo” (Lundborg & Vaughan-Williams 2015, p.14), torna-se intuitivo acreditar que também as disparidades materiais entre as classes (nas condições do habitar, do trabalhar, do locomover-se, do divertir-se) são instrumentos não apenas de demarcação, mas de reprodução das desigualdades.

Assim, no Rio de Janeiro, o espacial é mais que símbolo de divisões. Ele se

transfigura em linhas-guias que conduzem o sujeito a se localizar, se reconhecer e se entender como ator responsável a desempenhar determinado papel naquela sociedade. As desigualdades materiais, portanto, influenciam os comportamentos, condicionam planos e limitam capacidades (Lundborg & Vaughan-Williams 2015, p. 12).

Dessa forma, a cidade pode ser encarada como “um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais” (Rolnik 1988, p.40). Nesse contexto, a cidade, uma “máquina da diferença”, tem fronteiras “constantemente produzidas e negociadas” que “incluem e excluem sujeitos políticos” do papel de cidadãos (Coward 2012, p.470).

Para Raquel Rolnik, o aspecto disciplinador da cidade se apresenta como um “projeto normalizador”, que ataca os que desviam, numa tentativa de criar uma cidade homogênea. A anormalidade é caçada pelos equipamentos do estado. Desse modo, “ao mesmo tempo que para os equipamentos de saúde há o indivíduo saudável, para a legislação urbana há a casa saudável, o bairro saudável” (1988, p.67), e os que fogem deste padrão se

encontram submetidos à extinção ou à exclusão.

No entanto, como espaço “socialmente contestado” (Brenner 2008, p.198), a cidade está entregue a “movimentos contraditórios” (De Certeau 1998, p.174). Assim, não figuram apenas as estruturas e as separações delimitadas pelo planejamento urbano ou pela disciplina que se pretende impor. Como força contrária, surgem também aquelas de desafio às ordens desiguais do cotidiano. É nas margens que foram colocados esses indivíduos, aos quais a cidade não contempla nem em formas e nem em normas, que surgem os mais diversos tipos de transgressões, propositadas ou inconscientes, por necessidade ou resistência.

Desse modo, em uma releitura de Foucault, Michel de Certeau afirma que a “linguagem do poder se urbaniza, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico” (1998, p.174). O indivíduo, por conseguinte, não é só refém de determinada ordem. Ele a questiona, desafia, corrobora ou destrói continuamente. O estado impõe determinadas ordens, mas o cidadão “as desloca e inventa outras” (Ibid., p.178).

Por isso, há os anúncios das cartomantes que trazem o amor em até três dias

pintados nos muros ao longo da Avenida Brasil; há as estações do BRT vandalizadas, invadidas, transformadas em ponto de comércio informal; há os *pardais*<sup>5</sup> que multam os carros por excesso de velocidade com as câmeras retorcidas apontando para o céu; há os trens urbanos que fazem as vezes de centro comercial. Diariamente construída, destruída, remodelada pelo povo, a cidade avisa que as usanças e a sobrevivência podem falar mais alto que o planejamento ou a disciplina.

### **Conclusão**

Justamente porque a cidade não é pensada e construída para as classes menos favorecidas, elas a experimentam de forma particularmente subversiva. As desestabilizações dos espaços são métodos de sobrevivência em uma vida escassa, de usar a favor de si o máximo que o meio urbano pode oferecer.

Na cidade, planos e fugas não são excludentes entre si, mas complementares. Analisando o caso da Índia, Ananya Roy explicita o embate entre o planejamento e a informalidade e a ideia de que a segunda impossibilita o avanço do primeiro. Sua perspectiva, ao contrário de demonizar a informalidade, encara-a como uma

---

<sup>5</sup> Chama-se “pardal” o radar eletrônico que detecta e fotografa automóveis trafegando em excesso de velocidade.

forma própria de urbanização (2015, p.310). Como elementos simbióticos, planejamento e informalidade se encontram indissociáveis nas megacidades indianas e do Sul global. Para a autora, as cidades indianas não podem ser planejadas. Em suas palavras, “planejamento bom ou ruim não pode resolver essa crise” porque ele está implicado em sua própria produção (Ibid., p.314).

Não podemos acreditar que o planejamento urbano feito nos moldes tradicionais possa solucionar os problemas que ele mesmo ajuda a construir há séculos: segregação, exclusão e desigualdade. Não se deve acreditar também, no entanto, que esses deslizos sejam despropositados, como grandes imprevistos que resultaram de boas intenções. Os estudiosos da Teoria

Crítica Urbana estão há décadas ressaltando os efeitos das forças capitalistas neoliberais nas cidades. Transformar o planejamento urbano parece exigir uma reorganização de papéis, requer dar voz àqueles cujos interesses estiveram até agora ignorados.

O que é a cidade se a investigamos a partir das vidas femininas, negras, pobres, transexuais, periféricas? O direito à cidade vem desde a última parte do século XX propondo uma agenda urbana pautada nos sujeitos marginalizados, mas há um longo caminho a percorrer. Sem dúvida, esta é uma árdua batalha. Consola, no entanto, o fato de que ela nunca se esgota e acontece diariamente em todos os cantos da cidade, até (ou especialmente) numa casinha debaixo da passarela.

---

### *Referências*

Benchimol, J. L. (1992) Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XXI. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.

Brenner, N. (2008) “What is critical urban theory?” *City: analysis of urban trends, culture, theory, policy, action*, 12(3), pp.198-207.

Carneiro, K. G. (2016) *Moradores de rua e produção do espaço urbano: análise sobre Bogotá e Belo Horizonte sob uma perspectiva genealógica*. Tese de doutorado, PROPP/PPG-PUC Minas.

Coward, M. (2009) *Urbicide: The politics of urban destruction*. London and New York: Routledge.

\_\_\_\_\_. (2012) *Between us in the city: materiality, subjectivity, and community in the era of global urbanization*. *Environment and Planning D: Society and space*, volume 30, pp.468-481.

Davies, M. (2016) *Everyday life as critique: Revisiting the everyday*. In: IPE with Henri Lefebvre and Postcolonialism. *International Political Sociology*, 10(1), pp.22-38.

De Certeau, M. (2011) *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

ENLOE, C. *The Mundane Matters*. *International Political Sociology* 5(4), pp.447-450.

Foucault, M. (2005) *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes.

\_\_\_\_\_. (2008) *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.

Hobsbawm, E. (2009) *A era das revoluções*. Paz e Terra.

Kostof, S. (1995) *A history of architecture: Settings and rituals*. New York: Oxford University Press.

Lundborg, T.; Vaughan-Williams, N. (2015) *New materialisms, discourse analysis, and International Relations: a radical intertextual approach*. *Review of International Studies*, 41(1), pp.3-25.

Molina, F. S. (2014) *A produção da “Cidade Olímpica” e o contexto do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro*. *R. B. Estudos Urbanos e Regionais*, 16(2), pp.63-79.

Moura, G. R.; Costa, K. L.; Prestes, R. R. (2012) *“A Reforma urbana do Rio de Janeiro nas crônicas de João do Rio e Lima Barreto”*. *Revista Historiador Número 05, Ano 05, dezembro de 2012*.

Neves, D. P. (1999) *Os miseráveis e a ocupação dos espaços públicos*. *CADERNO CRH, Salvador, n. 30/31, pp.111-134, jan./dez.*

Neves, D. P. (2010) *Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre*. *Revista Antropolítica, Niterói, n. 29, pp.99-130*.

O'Donnell, J. (2008) *De olho na rua: A cidade de João do Rio*. Rio de Janeiro: Zahar.

Oliveira, N. (2012) O poder dos jogos e os jogos de poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo. Tese de Doutorado, IPPUR/UFRJ.

Robaina, I. M. M. (2015) Entre Mobilidades e permanências – Uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado, PPGG/UFRJ, 2015.

Rolnik, R. (1988) O que é a cidade. São Paulo: Brasiliense.

\_\_\_\_\_. (2015) Guerra dos Lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças. Tese de Livre-Docência, Faculdade de Arquitetura de Urbanismo, Universidade de São Paulo.

Roy, A. (2015) “Why India cannot plan its cities: Informality, insurgence and the idiom of urbanization”, in: MirafTab, F. & Kudva, N. Cities of the Global South Reader, London and New York: Routledge.

Scott, J. C. (1988) Seeing like a state. Connecticut: Yale Agrarian Studies Series, Yale University Press.

Shapiro, M. J. (2010) The time of the city: politics, philosophy, genre. London: Routledge.

Valladares, L. (2000) A gênese da favela carioca: A produção anterior às ciências sociais. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 15(44).